



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1012361-27.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto **Procedimento Comum - Perdas e Danos**
 Requerente: **Cooperativa dos Transportadores Autônomos de Cargas de São Carlos Coopertransc**
 Requerido: **Allianz Seguros S/A**

Juiz de Direito: Dr. **Marcelo Luiz Seixas Cabral**

Vistos.

COOPERATIVA DOS TRANSPORTADORES AUTÔNOMOS DE SÃO CARLOS – COOPERTRANSC propôs ação de perdas e danos em face de **ALLIANZ SEGUROS S.A.** Alegou ter firmado contrato de seguro com a requerida em virtude de atuar na área de transportes para terceiros. Informou que ao realizar a última renovação do contrato, cuja vigência e cobertura se iniciou em 31 de março de 2016, tendo seu término em 31 de março de 2017, a requerida demorou cerca de 2 meses para fornecer o *login* e senha para acesso ao sistema que recebe as averbações dos embarques. Assim, a requerente preencheu planilhas com toda a movimentação ocorrida no período, sem acesso ao site para enviar à requerida posteriormente, como já havia realizado no ano anterior. Ocorreu sinistro em 07 de maio de 2016, ocasião em que a carga transportada era avaliada em R\$214.118,40. Ante a informação do sinistro houve a recusa no pagamento. Requereu a condenação da ré ao pagamento da indenização securitária.

Encartados à inicial vieram os documentos de fls. 11/259.

A empresa requerida, devidamente citada (fl. 264), contestou o pedido (fls. 265/294). Alegou que a requerente deixou de proceder à averbação diária da mercadoria a ser segurada pelo transporte realizado nos meses de abril e maio de 2016, e em especial no próprio dia do sinistro, tendo ocorrido descumprimento contratual, com a consequente perda do direito à indenização. Impugnou o valor pleiteado visto não ter vindo aos autos notas fiscais das mercadorias transportadas na data do sinistro. Em caso de procedência da ação requereu o abatimento do valor do prêmio, calculado desconsiderando-se as averbações realizadas, bem como a incidência de juros de mora e correção monetária a partir da citação e ajuizamento da ação, respectivamente.

Réplica às fls. 358/381.

Deferiu-se o pedido de fls. 379/380, item "a" (fl. 383). A requerida atendeu a r. Decisão e juntou aos autos cópia do procedimento administrativo relativo ao sinistro em comento (fls. 387/493).

Alegações finais às fls. 494/496 e 497/503.

É o relatório.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Fundamento e decido.

Não havendo necessidade de produção probatória, pertinente o julgamento antecipado da lide, na forma do art. 355, inciso I, do NCPC. Friso que a prova necessária é estritamente documental, sendo que o feito conta com um conjunto probatório suficiente para o desfecho da lide. Nesse sentido:

"Presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do juiz, e não mera faculdade, assim proceder." (STJ, Resp. 2.832-RJ, relator Ministro Sálvio de Figueiredo, julgado em 04/12/91).

Trata-se de ação de indenização que a autora intentou em face da seguradora ré visando ao recebimento do valor indenizatório devido, em razão da ocorrência de sinistro no decorrer da vigência do contrato de seguro.

Incontrovertida a existência de contrato válido firmado entre as partes, cuja vigência se deu entre o dia 31/03/2016 e 31/03/2017. Incontrovertida também a ocorrência do sinistro, que teria dado causa à indenização securitária no valor de R\$214.118.40 pela queima dos objetos transportados pela transportadora autora.

Conforme se depreende dos documentos acostados às fls. 126/130, situação semelhante já havia ocorrido em renovação anteriores do contrato de seguro – demora na liberação de senha para informar as mercadorias transportadas -, sendo que a própria seguradora determinou, naquele momento, o procedimento a ser utilizado em caso de não se conseguir realizar a averbação determinada contratualmente.

Friso que não houve impugnação alguma quanto à afirmação de que, à época mencionada (abril e maio), o sistema disponibilizado pela ré não permitia a devida averbação diária e tampouco em relação ao documento de fl. 125, tornando-se incontroversa também esta alegação.

Dessa maneira, considerando que a requerente se valeu dos mesmos meios utilizados anteriormente, não há que se falar em descumprimento das cláusulas contratuais e consequente perda do direito à indenização.

Aliás, é da ré a obrigação de disponibilizar e manter em funcionamento o meio adequado para o integral cumprimento do contrato, sendo que na impossibilidade de o segurado realizar a averbação necessária através do sistema conforme pactuado, não pode este se ver prejudicado quando da ocorrência de sinistro.

Os documentos de fl. 247, juntamente com a planilha de fls.131/239, precisamente às fls. 169/170, demonstram os prejuízos suportados pela autora, sendo que as notas fiscais requeridas pela ré foram entregues quando da realização do procedimento administrativo conforme fls. 429/471.

Friso que embora o acidente tenha ocorrido em 07/05/2016 natural que o carregamento das mercadorias tenha se dado anteriormente, na data informada pela autora



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

(04 e 05 de maio), visto inclusive que o sinistro se deu no estado de Tocantins.

Não há que se falar em abatimento de qualquer quantia. A seguradora estipulou o valor do prêmio a ser pago pela segurada, ora autora, na posse da planilha elaborada pela requerente (juntada às fls. 131/239) e ciente de todas as mercadorias carregadas no período em discussão.

Também não há que se falar na impossibilidade de indenização por já ter sido realizado o pagamento a terceiro. A ré rejeitou o pedido de indenização apenas em agosto de 2016, cerca de 3 meses após a data do sinistro, sendo que a autora se limitou a cumprir obrigação para com a empresa cuja carga transportava, possivelmente a fim de manter seu bom relacionamento para com aquela empresa, sendo o que basta.

Ante o exposto **JULGO PROCEDENTE A AÇÃO**, nos termos do art. 487, inciso I, do CPC para condenar a ré ao pagamento do valor de R\$214.118.40 à autora. O valor será corrigido pela tabela prática do TJ/SP a partir da data do sinistro. Incidirão juros de mora de 1% ao mês a partir da citação.

Sucumbente, a ré arcará com as custas e despesas processuais bem como com os honorários advocatícios que fixo em 10% do valor da condenação atualizado.

Na hipótese de interposição de apelação, tendo em vista a nova sistemática estabelecida pelo NCPC que extinguiu o juízo de admissibilidade a ser exercido pelo Juízo "a quo" (art. 1.010 do NCPC), sem nova conclusão, intime-se a parte contrária para que ofereça resposta no prazo de 15 (quinze) dias. Havendo recurso adesivo, também deve ser intimada a parte contrária para oferecer contrarrazões.

Após o prazo, com ou sem resposta, subam os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Com o trânsito em julgado, querendo, a autora deverá apresentar planilha atualizada de seu crédito e requerer, no prazo de 30 dias, o início da fase de cumprimento de sentença, nos moldes do art. 523 e 524 do NCPC, classificando a petição como incidente processual, no momento do peticionamento eletrônico.

Apresentado o requerimento os autos irão para a fila - processo de conhecimento em fase de execução. Nada sendo requerido, encaminhem-se os autos ao arquivo, sem prejuízo de posterior desarquivamento, a pedido da parte.

P.I.

São Carlos, 27 de junho de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI
11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**